

MORUS

UTOPIA E RENASCIMENTO

Número 5

2008

Editor	Carlos Eduardo Ornelas Berriel
Co-editores	Ana Cláudia Romano Ribeiro Helvio Gomes Moraes Junior
Grupo de Estudos sobre Renascimento e Utopia	Ana Cláudia R. Ribeiro, Helvio Moraes, Marina Berriel, Emerson Tin, Tarsilla C. de Brito, Yvone Gallo, Ivone Greis, Geraldo Witeze, Juliana de O. Lopes, Daniela Spinelli e Laura C. Machado
Conselho editorial	Andrea Battistini – Università di Bologna (Itália) Antonio Edimilson M. Rodrigues - UFRJ/PUC-RJ/UFF (Brasil) Arrigo Colombo – Università di Lecce (Itália) Bronislaw Baczek – Université de Genève (Suíça) Carlos Antonio Leite Brandão – Faculdade de Arquitetura - UFMG (Brasil) Claude-Gilbert Dubois – Université Michel de Montaigne – Bordeaux 3 (França) Claudio De Boni – Università di Firenze (Itália) Cosimo Quarta – Università di Lecce (Itália) Edgar De Decca – UNICAMP - IFCH (Brasil) Fátima Vieira – Universidade do Porto (Portugal) Francisco José Calazans Falcon UFRJ/UFF/PUC-RJ (Brasil) Frank Lestringant – Université Paris IV-Sorbonne (França) Jean-Michel Racault – Université de la Réunion (França) Laura Schram Pighi – Università di Bologna (Itália) Leandro Karnal – UNICAMP - IFCH (Brasil) Lyman Tower Sargent – University of Missouri (EUA)/Royal Holloway e Bedford New College, University of London (Inglaterra) Nadia Minerva – Università di Bologna (Itália) Raymond Trousson – Université Libre de Bruxelles (Bélgica) Vita Fortunati – Università di Bologna (Itália)
Colaboradores neste número	Luigi Firpo, Christian Rivoletti, Maria Moneti Codignola, Carlos Eduardo Ornelas Berriel, Martine Thiébaud, Frank Lestringant, Ana Cláudia Romano Ribeiro, Jean-Michel Racault, José Alexandrino de Souza Filho, Arrigo Colombo, Carmelina Imbroscio, Helvio Moraes, Paolo Coluccia, Laura Tundo Ferente, Maria do Rosário Monteiro, Lucia C. Antonazzo
Revisores permanentes	Ana Cláudia R. Ribeiro e Helvio Moraes
Revisores neste número	Daniela Spinelli, Emerson Tin e Yvone Greis
Projeto gráfico	Paula Almozara (E-mail: almozara@gmail.com)
Diagramação	Ivan Grilo e Fabio Diego da Silva (E-mail: igrilo@terra.com.br)
Imagem da capa	Hans Baldung Erasmus pouco depois de sua morte Desenho Basilea, Öffentliche Kunstsammlung
Correspondência para	Prof. Dr. Carlos Eduardo Ornelas Berriel Revista MORUS – Utopia e Renascimento Caixa Postal 6054 – CEP 13.083-970 Campinas – SP – Brasil Blog: http://revistamorus.blogspot.com E-mail: revistamorus@hotmail.com

ÍNDICE

Editorial - Carlos E. O. Berriel	5
Dossiê: A utopia na Contra-Reforma	13
A utopia política na Contra-Reforma <i>Luigi Firpo</i>	15
O corpo físico e político da cidade ideal no <i>Cinquecento</i> europeu <i>Christian Rivoletti</i>	53
Campanella, a cidade historiada <i>Maria Moneti Codignola</i>	85
Campanella: a consciência possível da Contra-Reforma. Considerações sobre o “ <i>Appendice della politica detta La Città del Sole di fra’ Tommaso Campanella – Dialogo poetico</i> ” (1602) <i>Carlos Eduardo Ornelas Berriel</i>	107
Entreprise missionnaire et utopisme à travers quelques lettres de la mission jésuite du Brésil (1549-1570) <i>Martine Thiébaud</i>	125
Huguenotes em Utopia ou o gênero utópico e a Reforma (séculos XVI- XVIII) <i>Frank Lestringant</i>	139
Precipícios cristãos e oráculos austrais: uma análise da questão religiosa na utopia de Gabriel de Foigny <i>Ana Cláudia Romano Ribeiro</i>	177

Estudos	207
L'utopie festive: fêtes, cérémonies et célébrations de <i>L'utopie de More</i> à <i>l'Histoire des Sévarambes</i> de Veiras <i>Jean-Michel Racault</i>	209
A “Festa Brasileira” ou o Teatro do “Bom Selvagem”: um estudo sobre o Papel do índio brasileiro na entrada de Henrique II em Rouen em 1550 <i>José Alexandrino de Souza Filho</i>	221
O novo sentido da utopia: a construção de uma sociedade de justiça <i>Arrigo Colombo</i>	241
Dalla morte di un'utopia alla nascita di un mito: l'esperienza anabattista di Münster nelle sue rivisitazioni letterarie <i>Carmelina Imbroscio</i>	257
<i>A ars historica</i> em debate nos <i>Dialoghi della Historia</i> de Francesco Patrizi <i>Helvio Moraes</i>	269
Utopia e contro-utopia nella <i>Storia dei Galligeni</i> di Tiphaigne de la Roche <i>Paolo Coluccia</i>	285
L'utopia di fronte ai problemi della famiglia e della donna nel fra Sette e Ottocento <i>Laura Tundo Ferente</i>	295
As bibliotecas utopianas <i>Maria do Rosário Monteiro</i>	315
Utopie e processi di modernizzazione della Turchia attraverso il paradigma storico-letterario <i>Lucia C. Antonazzo</i>	333

EDITORIAL

A revista **Morus – Utopia e Renascimento** chega ao seu quinto número trazendo um dossiê dedicado ao tema “Utopia, Reforma e Contra-Reforma”, além de artigos avulsos relacionados aos temas da utopia e do Renascimento.

É pertinente conectar o surgimento da utopia, enquanto um gênero de representação autônomo, ao movimento da Reforma e da Contra-Reforma? A questão, aparentemente, é completamente pertinente, dada a contemporaneidade dos fenômenos; entretanto, não é consensual. Não resta dúvida de que Morus foi uma vítima da Reforma, e Campanella da Contra-Reforma. Tomado como gênero literário, a utopia afirmou-se na Inglaterra reformista, na Espanha e Itália da Contra-Reforma e na França dos conflitos religiosos.

O essencial historiador Luigi Firpo coloca o Concílio de Trento, ponto de partida da Contra-Reforma, como o núcleo dinâmico que redimensionou os problemas contemporâneos: a partir deste evento decisivo para o século XVI, as antigas questões são reequacionadas e passam a compor uma nova hierarquia de problemas a serem resolvidos. Em decorrência deste fato, uma nova agenda se formou, colocando na ordem do dia práticas como, por exemplo, o moralismo, na forma da confrontação sistemática e escrupulosa entre os valores humanistas do Renascimento e os, por assim dizer, perenes valores ético-religiosos da tradição. Na posição utópica, que consistia na proposta confiante e convicta de modelos de sociedades perfeitas, auto-suficientes e felizes, existiam elementos radicalmente incompatíveis com o clima espiritual trentino, que seriam: a) um fundo de epicurismo latente; b) uma busca de felicidade na Terra contrária à concepção cristã da cidade celeste, beatífica e perene; c) o sentido otimista da utopia civil; d) a implícita exaltação humanística da Razão e da autonomia do homem; e) a crença na auto-suficiência daquela sociedade imaginária, tão radicalmente autárquica que subsiste sem nenhum pressuposto de transcendência religiosa.

De fato, a religião no interior das utopias possui um caráter postíço e vago, um deísmo genérico, sem dogma, acolhido apenas em vista do valor social e moral das religiões e inclinado, portanto, a reconhecer nas diferentes crenças uma equivalência substancial. Para Raymond Trousson, *a questão religiosa* parece ser a única característica a fugir do dirigismo totalizante que caracteriza a utopia, principalmente a da Contra-Reforma. Nestas obras utópicas, a religião é reduzida a uma profissão de fé mínima: a fé é voltada para um Deus criador revelado pelo espetáculo da natureza. Há a crença na imortalidade da alma, mas sem aprofundamentos de ordem teológica: o culto é desinteressado, e há a ausência de uma igreja institucionalizada. A tolerância é absoluta, desde que não se provoquem desordens. Este inesperado liberalismo tem motivações profundas: em Utopia toda religião que fosse além de um simples deísmo pressuporia uma hierarquia e uma organização própria, e com isto seria uma potência autônoma, concorrente do Estado. Esta duplicidade de poderes dividiria o cidadão. A tolerância religiosa (religião do Estado) nasce, portanto, de uma intolerância civil. Por outro lado, a necessidade do irracional é admitida, desde que derivada para os cultos do Estado. No limite, a Utopia não tem uma religião, é uma religião, uma auto-adoração da Cidade. Como pólis/religião, há um culto social e os cidadãos são os oficiantes. A liberdade religiosa é apenas aparente: construção meramente terrena, não organiza o Além, não promete a Cidade de Deus no futuro, e oferece a Cidade do Homem.

Conforme Firpo, a esta tendência a Contra-Reforma veio contrapor toda a complexa estrutura dogmática e teológica do catolicismo positivo, e tolhe subitamente a entusiástica fé nos ditames da razão humana. No *Seicento* a utopia italiana se tornará, portanto, “*fraca, privada de todo conteúdo social*”, porque a nova época não é mais da razão, mas ligada à remota tradição dogmático-escolástica, e nela quer reconhecer os esquemas do viver associado. Firpo considera que para definir as características do utopismo do Renascimento seria necessário, ao mesmo tempo, definir o clima espiritual do início do *Cinquecento*. Predominaria neste sentido o que ele chama de racionalismo humanístico, no qual seria possível encontrar uma ânsia de alegria e autonomia humana, o orgulho da reconhecida supremacia e quase onipotência da inteligência, que se traduziria em otimismo operoso e no sentido desabusado e heróico da vida. Afinal, acostumado há séculos a comeder o próprio agir segundo uma férrea disciplina religiosa, o homem do humanismo reconhece estupefato no mundo uma razão suficiente, intrínseca, válida, a assegurar-lhe toda harmônica operação: a natureza. E no próprio íntimo esta natureza se faz consciente, e toma o nome de *Razão*. A Razão, por sua vez, torna-se guia e medida do agir. “*Virtù*” para Morus é “*viver secondo natura*”. Em decorrência, segue a guia da natureza aquele que obedece à Razão. Em outras palavras, a razão é a natureza consciente de si mesma, no seu íntimo.

Do impulso confiante de traçar por si a própria estrada no mundo, *de forjar o mundo mesmo como criação da mente*, nasce a crítica à tradição,

uma atitude contra a estrutura histórica do viver associado, contra a complexidade do direito oriundo dos mandamentos bíblicos. Este rebelde processo intelectual, que tanto deve a Bernardino Telésio, opera um deslocamento do lugar da natureza: de *cenário* para *cena* (espetáculo). A questão é: esta natureza possuiria qual finalidade? A do auto-reconhecimento *no e pelo* Homem. Os *sentidos* (vasos comunicantes do Homem com a Natureza) tornam-se critério de conhecimento. *Forjar o mundo a partir da mente*: a mente é portadora da Razão que está na Natureza. Ligar-se racionalmente à natureza significa, em decorrência lógica, romper com a tradicional forma da vida associada. Em todos os campos *a razão nutridora de experiência* se põe confiante a ditar normas para todos os aspectos do agir prático.

Mas seguramente não faltaram motivos sociais para o surgimento das utopias: uma nobreza frívola e ávida, um clero corrupto e ocioso, o parasitismo pululante, um pauperismo deprimente, a fome, que leva ao furto e ao delito, e as turbas de salteadores e de vagabundos. O amor pelo quieto viver condenará tudo isso e buscará os valores projetados na Utopia, na forma da restauração da legalidade na vida política e o saneamento do agudo mal-estar econômico como consequência das graves desigualdades na distribuição da riqueza. Chegamos assim a este ponto: voltar-se para a natureza buscando normas incorruptas de vida coletiva significava entregar-se ao mito pagão da idade de ouro, à tradição religiosa do paraíso terrestre.

Portanto, se considerarmos que a utopia nasce com a obra de Morus, parece inequívoco associá-la ao ambiente convulsionado da religião cristã no século XVI europeu. Em questão está a obra dos humanistas, notadamente Pico della Mirandola e Erasmo, que construíram uma imagem do homem como um análogo de Deus – como um ser autônomo, dotado de livre-arbítrio ilimitado, capaz portanto de construir livremente por sua *virtù* tanto uma vida individual quanto uma vida associada: uma práxis que se revelará insuportável tanto para os reformados quanto para os trentinos.

A questão não é pequena, e este número da Morus reúne posições diferentes sobre ela.

* * *

O dossiê começa com o artigo, hoje clássico, de um dos mais importantes historiadores do século passado, o italiano Luigi Firpo: *A utopia política na Contra-Reforma*, tradução para o português do original publicado em 1948. Neste artigo, Firpo analisa uma série de escritos utópicos do *Cinquecento*, pertencentes ao período mais atuante da Contra-Reforma. Primeiramente, identifica os traços principais da utopia renascentista, como seu cunho marcadamente social, sua posição otimista quanto à capacidade da razão humana de criar formas novas, perfeitas, autárquicas de organização social, entre outros. A isto contrapõe,

num segundo momento, o conjunto de valores advindos do novo clima espiritual instaurado pela Contra-Reforma (e suas conseqüências), detendo-se principalmente em autores como Agostini, Campanella e Zuccolo.

Ainda no *Cinquecento* se situa o artigo de Christian Rivoletti, *O corpo físico e político da cidade ideal no Cinquecento europeu*. Seu estudo faz uma leitura da relação entre os significados da imagem do corpo humano e o discurso político que se fundamenta sobre uma concepção organicista de sociedade ideal. Na primeira parte, o autor analisa certos aspectos constitutivos da tradicional metáfora política do corpo social, e em seguida percorre alguns momentos significativos de sua tradução iconográfica. Assim, vários autores representativos desta idéia são examinados, como Anton Francesco Doni, Kaspar Stiblin, Francesco Patrizi, Johann Putsch e Francesco di Giorgio Martini.

Em seguida, dois ensaios analisam um dos mais importantes autores da Contra-Reforma, Tommaso Campanella, que escreveu a utopia *Cidade do Sol*, em 1602. Maria Moneti, em *Campanella, a cidade historiada*, leva em conta seu aspecto reformador e revolucionário, a herança de More (e, por intermédio dele, de Platão, que cita freqüentemente), a tradição herético-utópica calabresa, que incluía entre seus grandes personagens o célebre Gioacchino da Fiore, e a paisagem italiana meridional do final do século XVI e da primeira metade do sucessivo, caracterizada pela dominação espanhola, pela regressão econômica e cultural devida à perda de liberdade política e pela forte presença da Igreja na forma da Inquisição.

Carlos Eduardo O. Berriel mostra em seu artigo *Campanella: a consciência possível da Contra-Reforma. Considerações sobre o "Appendice della politica detta La Città del Sole di fra' Tommaso Campanella – Dialogo poetico"* porque *A Cidade do Sol* é a utopia mais sintética e formalizadora dos intrincados problemas da Contra-Reforma. Ele faz uma leitura da sociedade solariana focalizando especialmente na interpretação pessoal – teocrática e ao mesmo tempo aristocraticamente comunista – que tinha Campanella da filosofia da natureza de Bernardino Telésio, e na sua busca pela conciliação relação entre razão e fé. Tal busca leva, em Campanella, à transformação do contraste excludente, construído pelo agnosticismo renascentista, entre essas duas esferas, em uma explícita e gradual continuidade que conduz a filosofia da natureza a se transformar em argumento a favor do cristianismo.

Martine Thiébaud, em *Entreprise missionnaire et utopisme à travers quelques lettres de la mission jésuite du Brésil (1549-1570)*, procura entender a atividade missionária jesuíta como um novo modelo de organização de uma coletividade humana. Com efeito, o programa missionário leva à criação de micro-sociedades autárquicas e regulamentadas, propostas como um ideal de organização cristã: a missão ou redução, entendida pela autora em todos os sentidos que a polissemia desses termos permite.

Os dois últimos artigos do dossiê tratam de autores franceses. Frank Lestringant nos apresenta em *Huguenotes em Utopia ou o gênero utópico e a Reforma*, numa visão panorâmica, que vai do século XVI ao XVIII, a relação entre reformados franceses e gênero utópico, uma relação privilegiada e particularmente fecunda. Sua investigação remonta a Rabelais e às suas seqüelas calvinistas, a Palissy e ao seu jardim sonhado, ao engenheiro saboiano Jacques Perret e às suas cidades ideais fortificadas pelos salmos. Em seguida ele analisa a *Histoire du grand et admirable royaume d'Antangil*, de 1616, que é também uma utopia protestante, e, no tempo da revogação do édito de Nantes e às vésperas do Iluminismo, as três grandes “utopias narrativas” de Gabriel de Foigny, de Denis Veiras d’Alès e de Tyssot de Patot. Sua investigação leva também em consideração as contra-utopias satíricas, quer se trate da *Ilha sonante* e de *La Mappede Monde nouvelle papistique* dos anos 1560 ou, muito mais tarde, no termo do processo, da fantástica *Description de l’Ile Formosa* do suposto George Psalmanaazaar.

O artigo monográfico de Ana Cláudia R. Ribeiro *Precipícios cristãos e oráculos austrais* apresenta uma análise da questão religiosa na utopia de Gabriel de Foigny, *La Terre Australe connue*, de Gabriel de Foigny, publicada em Genebra em 1676. A religião austral partilha algumas de suas características com o cristianismo, mas é com o deísmo que se pode melhor identificá-la, por isso, a autora inicia seu artigo definindo este termo. Em seguida, ela analisa o texto propriamente, seguindo passo a passo a maneira pela qual Foigny expõe os sistemas religiosos de austrais e cristãos em seu capítulo sobre a religião austral e explicitando o modo pelo qual Foigny, dissimuladamente, coloca em valor o deísmo austral em detrimento dos pensamentos cristão e ateu, segundo uma técnica de exposição libertina.

Fora do dossiê estão artigos sobre temas variados dentro das grandes questões da utopia e do Renascimento. O primeiro deles é de Jean Michel Racault, *L’utopie festive*, que aproxima e articula as noções de utopia e de festa na *Utopia* de More e na *Histoire des Sévarambes*, de Veiras por meio do raciocínio em torno de duas questões: a utopia seria uma contestação da norma social existente em nome de uma sociedade ideal ou uma empresa voluntarista que visaria a construir uma sociedade destinada a permanecer fixa em sua suposta perfeição?; a festa, por sua vez, seria a libertação anárquica de uma espontaneidade lúdica ou uma manifestação regulada de um ritual social imposto? O autor constata então que as noções de utopia e festa levantam as mesmas contradições em torno do problema do individual e do coletivo, do regulado e do espontâneo.

Em seguida, em *A “Festa Brasileira” ou o Teatro do “Bom Selvagem”: um estudo sobre o Papel do índio brasileiro na entrada de Henrique II em Rouen em 1550* José Alexandrino de Souza Filho estuda a “festa brasileira”, representação de caráter teatral encenada durante a entrada de Henrique II em Rouen em 1550, cujo tema era a vida dos índios brasileiros. Partindo da análise da documentação existente sobre este acontecimento ele

descreve como se deu a encenação, que se articulava com outro espetáculo, a nauumaquia, o combate naval entre franceses e portugueses. Ambas as atrações, por sua vez, faziam parte de uma todo maior, que incluía as alegorias apresentadas em Rouen *intramuros*. O conjunto consistia em criar um grande espetáculo que representasse o triunfo da monarquia e da civilização francesas em articulação com um projeto de expansão territorial de além-mar: a conquista do Brasil.

Arrigo Colombo, em seu artigo-manifesto *O novo sentido da utopia: a construção de uma sociedade de justiça*, segue as premissas de Mannheim e de Ernst Bloch, para os quais a utopia é o fator constitutivo mais profundo e dinâmico-constutivo do processo histórico. Partindo da pesquisa sobre a história da utopia, reconstitui um itinerário baseado nos “movimentos religiosos de salvação”, nos “movimentos modernos revolucionários” e no itinerário construtivo que vai da Revolução inglesa ao nosso tempo, portadores, segundo ele, do projeto utópico como *projeto da sociedade de justiça*.

Em *Dalla morte di un'utopia alla nascita di un mito: l'esperienza anabattista di Münster nelle sue rievitazioni letterarie*, Carmelina Imbroscio faz um percurso pelos escritos literários que evocam e relêem a experiência revolucionária, milenarista e mística de Münster, como modos de revivência da memória deste episódio, por tantos motivos singular, entre os quais o fato de ser um acontecimento histórico transformado em mito e literatura, enquanto que a maioria das utopias da época percorre o caminho inverso.

Helvio Moraes apresenta em seu artigo *A ars historica em debate nos Dialoghi della Historia de Francesco Patrizi* uma síntese do problema da *ars historica* na época da Contra-Reforma, estudando o caso particular dos *Dialoghi della Historia* de Francesco Patrizi. Num primeiro momento, detém-se na problemática referente ao gênero da *ars historica* e da historiografia humanista até Maquiavel buscando compreender o ambiente intelectual em que os *Dialoghi* foram escritos, para então, apresentar sua leitura da obra.

A imbricação dos gêneros da utopia e da contra-utopia é o motor do artigo de Paolo Coluccia, *Utopia e contro-utopia nella Storia dei Galligeni di Tiphaigne de la Roche*. Nessa sua última obra, Tiphaigne apresenta, em uma descrição de uma sociedade ideal conforme aos paradigma utópico moreano, os germes da discórdia, que levarão à presença da revolta e de um processo degenerativo na cidade utópica. Coluccia individua um fundo pessimista na pensamento do autor, que, se por um lado imagina a perfeição, por outro, entrevê sua impossibilidade, já que o homem está inexoravelmente ligado ao acaso do nascimento, ao sofrimento da vida e à decadência representada pela morte.

L'utopia di fronte ai problemi della famiglia e della donna nel fra Sette e Ottocento, de Laura Tundo, após passar em revista as diversas concepções filosóficas e sociológicas da família, discute as propostas de emancipação da mulher nas utopias do século XIX e sua influência na transformação

da família, buscando individualizar os fatores históricos desta mudança. São discutidas as posições de C. H. de Saint-Simon, da escola de P. Enfantin e o projeto utópico radicalmente inovador de Charles Fourier relativo à concepção do amor, à moral privada e pública, à condição pessoal e social da mulher e à transformação da família que diz respeito à toda a sociedade.

A forma como as utopias e distopias abordam a questão dos livros e das bibliotecas é o tema de *As bibliotecas utopianas*, de Maria do Rosário Monteiro. Seu artigo trata da articulação da leitura e da escrita, formas de liberdade individual e expressão da capacidade criativa da humanidade, com as utopias, essas propostas de organizações sociais que têm por objetivo o bem comum. Ela analisa o conflito potencial entre as esferas do privado e do público e a maneira como este conflito é resolvido ou evitado na *Utopia* de More, em *Christianopolis*, de Johann Valentin Andreae, *L'an deux mille quatre cent quarante* de Louis-Sébastien Mercier, *Fahrenheit 451*, de Ray Bradbury, *Utopia III*, de Pina Martins e *The Telling*, de Ursula K. Le Guin.

Terminamos o presente volume com o artigo *Utopia e processi di modernizzazione della Turchia attraverso il paradigma storico-letterario*, de Lucia Antonazzo. Levando em conta um processo que se iniciou em 1839 e foi confirmado em 1923, por Mustafa Kemal Atatürk, a autora analisa o processo de modernização da Turquia, seu espelhamento na literatura – nos romances *Yeni Turan*, de Halide Edib Adivar, e *Ankara*, de Yakup Kadri Karasmanoğlu – e seu caráter utópico, dedicando especial atenção à crise do patriarcado. Os personagens dos romances considerados revelam as dificuldades em aderir completamente às mudanças sociais que, embora desejadas, não são nunca efetivamente aceitas e praticadas.

Carlos E. O. Berriel
Editor